



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

18/08/2012

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1 - 6
1.2. COMARCAS.....	7
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. AÇÕES TJMA.....	8
2.2. CASO DÉCIO SÁ.....	9 - 11
2.3. DECISÕES.....	12
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	13 - 14
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	15 - 16
3.3. COMARCAS.....	17
3.4. DECISÕES.....	18
3.5. JUÍZES.....	19

Editorial

Justiça a caminho

Depois de 116 dias de trabalho intenso, a Polícia Civil do Maranhão entregou ontem à Justiça o inquérito em que nove pessoas foram indiciadas pela brutal execução do jornalista Décio Sá, ocorrida na noite do dia 23 de abril, no bar Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. A entrega do inquérito à Justiça foi a resposta mais eloquente que a instituição policial do Maranhão poderia dar à sociedade maranhense, até hoje inconformada com o assassinato, principalmente depois que as investigações revelaram que por trás havia uma quadrilha de agiotas que sugavam dinheiro de prefeituras.

As mais de mil páginas do inquérito policial protocolado ontem na 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, são o resultado de um esforço gigantesco e da ação profissional da Polícia Civil. Foram semanas e semanas de investigação cuidadosa, focada e, pode-se dizer, movida pela quase obstinação de um grupo de delegados. Mesmo enfrentando cobranças e até mesmo críticas de alguns apressados, a Polícia não se deixou abater nem perdeu a concentração. Dia após dia, o caso foi ganhando forma e personagens, até que se chegou ao âmago da organização criminosa que condenou e executou o jornalista Décio Sá por ser ele detentor de informações que colocariam em risco as atividades criminosas da máfia.

Como já era esperado, foram indiciados o pistoleiro Jhonatan de Sousa, os mandantes José de Alencar e Gláucio Alencar, os agenciadores Fábio Silva e José Raimundo Chaves Júnior e o oficial

PM suspeito de fornecer a arma, capitão Fábio Silva. Outros quatro tiveram seus nomes mantidos em sigilo, para não prejudicar as investigações complementares. O núcleo principal da quadrilha, porém, vai responder pelo assassinato de Décio

Sá. Isso porque não há qualquer dúvida com relação à participação de cada um deles no esquema que vitimou, de maneira covarde e brutal, um dos jornalistas mais importantes e

atuantes de uma geração que chegou a **O Estado** na segunda metade da década passada.

O irretocável trabalho da Polícia Judiciária dá aos maranhenses bons motivos para acreditar que não há impunidade para bandidos que se disfarçam de bons cidadãos, mas que na verdade agem contra a sociedade. Essa ação antissocial está no fato de que sua atividade criminosa era exatamente o desvio de dinheiro público por meio de prefeitos corruptos e irresponsáveis. E para assegurar a manutenção do seu campo de ação - as prefeituras -, não vacilavam em recorrer a extremos. Décio Sá foi vítima dessa motivação infame, por ser ele uma ameaça à estabilidade da quadrilha. Foi executado por saber demais.

Os criminosos, confiantes na impunidade que lhes assegurava uma vida nabalbesca mantida com o dinheiro desviado de municípios pobres e prefeitos irresponsáveis, achavam que estavam acima da lei e que podiam fazer o que bem entendessem, inclusive mandar matar. Eraram no excesso de confiança e na certeza da impunidade. Vão pagar caro pelo que fizeram.

A entrega do inquérito à Justiça foi a resposta mais eloquente que a instituição policial do Maranhão poderia dar à sociedade

Quatro a mais

São 13 os indiciados pelo assassinato do jornalista Décio Sá, cujo inquérito a polícia encaminhou ontem à 1ª Vara do Tribunal do Júri.

Nove já são conhecidos: os três foragidos, Gláucio Alencar, José Miranda, Júnior Bolinha, Fábio Buchecha, Fábio Capita e Jhonatan de Souza.

Quatro indiciados a polícia decidiu manter em sigilo porque são investigados também por crimes de agiotagem.

Recorde

Duraram exatos 116 dias os trabalhos de investigação da polícia maranhense no caso do jornalista Décio Sá.

A elucidação do caso é um recorde nacional para crimes deste tipo.

Para se ter ideia, a morte de um jornalista ocorrido no ano passado no Rio Grande do Norte passou mais de seis meses para se conseguir prender os acusados.



Caso Décio Sá

Indiciados 13 pelo assassinato do jornalista Décio Sá

Nomes de apenas nove dos envolvidos foram revelados, dos quais três ainda estão foragidos. Inquérito, composto por 1.970 páginas em 31 volumes, foi encaminhado pela comissão de delegados à Justiça ontem. **Polícia 5**



Biné Moraes

Comissão que apurou o caso Décio Sá leva os 31 volumes do inquérito que indiciou nove suspeitos

Polícia envia à Justiça inquérito sobre o assassinato de Décio Sá

Treze pessoas foram indiciadas pelo homicídio do jornalista, mas somente nove nomes foram revelados; três ainda são considerados foragidos; material apreendido com a quadrilha responsável pelo crime também foi enviado ao Judiciário

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia



A Polí-
cia

Civil do Maranhão encaminhou ontem à Justiça a conclusão do inquérito que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos. Formada por 1.970 páginas, distribuídas em 31 volumes, toda a documentação foi entregue no fim da tarde, na sala da 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, pela comissão de delegados que trabalhou no caso. A polícia revelou que 13 pessoas foram indiciadas pelo homicídio do blogueiro, morto por denunciar uma rede de agiotas estabelecida no estado, mas somente nove nomes foram revelados. Três deles ainda estão foragidos.

Quem coordenou a entrega do inquérito foi a delegada-geral de Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Meneses. "Trata-se de um inquérito emblemático para a polícia maranhense, não porque tenha sido mais importante que os demais ainda em andamento, mas porque marcou uma nova maneira de trabalho da Polícia Civil do Maranhão. Hoje, temos profissionais que não se dobram para o dinheiro, aos poderosos, à politicagem, e por isso conseguimos passar pelos muros que antes comprometiam os trabalhos de investigação", disse Meneses.

Além dos volumes, a comissão investigadora entregou ao Poder Judiciário todo o material apreendido durante a Operação Detonando, realizada no dia 13 de junho, em São Luís e no interior do estado, e que resultou na prisão de seis pessoas, entre mandantes, executores e intermediadores da morte de Décio Sá. Foram apresentados à Justiça documentos diversos, aparelhos celulares, CPUs e os 37 talonários de cheques em branco, porém assinados por vários gestores de prefeituras municipais, recolhidos em poder dos líderes da quadrilha.

Provas - Segundo explicou o delegado Guilherme Sousa Filho, um dos integrantes da comissão investigadora, o material que é comumente chamado entre os investigadores de "provas emprestadas" será devolvido já na segunda-feira (20), quando de fato será aberto o inquérito sobre crimes de agiotagem, no estado, cujo presidente será o delegado Maymone Barros. Por causa da ligação entre os inquéritos, apenas os nomes dos presos, suspeitos de participação na morte de Décio Sá, foram confirmados na lista dos 13 indiciados pela Polícia Civil, no inquérito.

O principal deles é o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, que confessou ter efetuado os cinco tiros de pistola calibre ponto 40 contra o jornalista da editoria de Política de **O Estado**, acertando três disparos na cabeça do blogueiro. Na sequência, estão indiciados os empresários agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos,

acusado de faturar principalmente no desvio de verbas estaduais e federais destinados a distribuição de merenda escolar a prefeituras; e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, com quem estavam os cheques.

Ambos, de acordo com o que apurou a polícia, ofereceram R\$ 100 mil pela morte de Décio Sá, pois teriam ficado receosos com publicações feitas pela vítima em seu blog (www.blogdodecio.com.br) que relacionaram o assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos - crime ocorrido no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI -, a um grupo de agiotas estabelecido no Maranhão. Para a execução do crime, ainda conforme a polícia, os líderes da quadrilha acionaram alguns de seus agenciadores, até a contratação do matador.

Fizeram esse trabalho os empresários José Raimundo Sales Chaves Júnior, o **Júnior Bolinha**, de 38 anos; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o **Buchechea**, de 32 anos, presos na ação policial, e Shirliano Graciano de Oliveira, o **Balão**, de 27 anos, que não foi encontrado em seu endereço, na cidade de Santa Inês, e continua foragido. Também tiveram prisões decretadas, mas continuam foragidos Elker Farias Velloso, o **Diego**, de 26 anos, piloto de fuga do executor, e o homem conhecido apenas como **Neguinho**, que teria apresentado o paraense ao bando. A sexta pessoa presa e indiciada no inquérito foi o subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar.

Amizade - O capitão Fábio Au-

rílio Saraiva Silva, de 36 anos, segundo a polícia, teve o seu nome citado pelo executor do crime como a pessoa que teria fornecido a arma do crime. Além da denúncia, o oficial da PM teve prisão decretada porque, conforme alegou a polícia, coincidentemente ou não, admitiu ser "amigo de infância" de **Júnior Bolinha**. Com a entrega do inquérito concluído, todos deverão ser denunciados ao Ministério Público Estadual, a partir da abertura de vista do inquérito, a ser feito pela juíza Ariane Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri.

"A partir daí, o Ministério Público terá cinco dias para oferecer a denúncia dos indiciados. Todos passarão à condição de réus e cada um terá 10 dias para apresentar suas defesas preliminares. Adiante virá a instrução processual, passando pela sentença de pronúncia, até que os indiciados sejam levados a júri popular", explicou o delegado Guilherme Sousa Filho, que também falou sobre a situação do deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), citado em depoimento pelo próprio executor como suposto "principal mandante" do crime.

"No relatório de 116 páginas, que entregamos junto com os volumes, produzimos um item que se refere ao que chamamos de 'incidente de foro privilegiado', que será enviado ao Tribunal de Justiça pela juíza responsável pelo caso. Somente após esse processo poderá ser dada a autorização para a investigação propriamente dita do deputado estadual. Esta parte do inquérito, porém, pode ser feita pelo próprio Poder Judiciário, que também pode designar a Polícia



Delegados Maria Cristina Meneses, Jeffrey Furtado, Augusto Barros e Roberto Fortes quando chegavam ao fórum para entregar o inquérito

Entenda o caso

O jornalista Décio Sá foi assassinado com cinco tiros de pistola ponto 40, três deles na cabeça, por volta das 23h30 do dia 23 de abril, quando aguardava por amigos, sentado a uma mesa no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, em São Luís. Segundo as investigações, o blogueiro foi vítima dos agiotas porque denunciava em suas publicações esquemas fraudulentos relacionados à política, principalmente ao uso indevido de recursos públicos estaduais e federais por parte de gestores municipais.

O autor do crime, o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, apesar da pouca idade, admitiu em seus depoimentos à Polícia Civil do Maranhão já ter assassinado

mais de 30 pessoas, no Norte e Nordeste do Brasil, a maioria delas próximas à cidade de Xinguara, no estado do Pará, onde nasceu.

Segundo as investigações, dos R\$ 100 mil prometidos pelos agiotas, Jhonatan Silva só teria recebido R\$ 20 mil. O dinheiro foi entregue por *Júnior Bolinha* e, em seguida, o executor resolveu sair da cidade, prometendo que retornaria em breve para pegar o restante do pagamento combinado. Ao voltar a São Luís, o assassino do jornalista não teve acesso ao valor prometido e, em seu depoimento, disse que já planejava a morte dos cúmplices. Ao ser preso, o executor disse em seu depoimento que, pelo fato de ter sido enganado, sua próxima vítima seria *Júnior Bolinha*.

Mais

A Operação Detonando, que prendeu os envolvidos no crime, foi assim denominada em alusão ao verbo mais utilizado pelo jornalista Décio Sá, quando se referia às matérias e postagens em seu blog de cunho político e carregadas de denúncias. Todo o trabalho de investigação ficou a cargo de policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e da comissão investigadora da Delegacia de Homicídios (DH) da capital, composta pelos delegados Jeffrey Furtado, Maymone Barros, Guilherme Sousa Filho, Roberto Vagner Fortes, Roberto Larrat e Augusto Barros Neto, superintendente da Seic.



Jhonatan de Sousa Silva, autor



José de Alencar, mandante



Gláucio Alencar, mandante



Fábio Aurélio Silva, agenciador



Júnior Bolinha, agenciador



Fábio Aurélio Saraiva Silva

Fotos/Arquivo

Os envolvidos no crime

1 - Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, foi o autor dos disparos que mataram o jornalista Décio Sá na noite do dia 23 de abril. Ele é natural da cidade de Xinguara, no Pará. O criminoso foi preso no dia 5 de junho, em uma chácara no bairro Miritiua, no município de São José de Ribamar, por tráfico de drogas. Com ele, os agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) encontraram 10 kg de crack e armas de uso restrito da polícia.

2 - José de Alencar Miranda Carvalho (o *Miranda*), de 72 anos, foi preso na madrugada de dia 13 de junho durante a Operação Detonando. Ele é um agiota (pessoa que empresta dinheiro para outras pessoas fora do mercado de crédito a taxas de juros elevadas e sem autorização para isso) e teria

encomendado a morte do jornalista por R\$ 100 mil.

3 - Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, é filho de José de Alencar Miranda. Ele e o pai são empresários do ramo de merenda escolar e forneciam o alimento para prefeituras do Maranhão, Pará e Piauí e também foi indiciado com o mandante do crime.

4 - José Raimundo Sales Chaves Júnior (o *Júnior Bolinha*), de 38 anos, é empresário do ramo de automóveis e representante comercial de bebidas no município de Santa Inês. Segundo as investigações da polícia, *Júnior Bolinha* fez o papel de intermediador entre o assassino, Jhonatan de Sousa, e os mandantes do crime, José de Alencar Miran-

Os foragidos

1 - O homem conhecido como *Neguinho*, de acordo com as investigações da polícia, foi quem apresentou o criminoso Jhonatan de Sousa Silva aos mandantes e agenciadores do crime.

2 - Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos, teria sido a pessoa que pilotou a motocicleta, na qual o pistoleiro fugiu após matar o jornalista Décio Sá.

3 - Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos, que não foi encontrado em seu endereço, na cidade de Santa Inês. Ele seria um dos agenciadores.

da e Gláucio Alencar.

5 - Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Capitão Fábio, como ele é conhecido na Polícia Militar, corporação onde atua há aproximadamente 18 anos, é subcomandante do Batalhão de Choque da PM. As investigações apontam que a arma utilizada para a execução do jornalista (uma pistola ponto 40 de uso restrito) teria partido dele.

6 - Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bucheche*, tem 32 anos e foi preso na madrugada de ontem na Chácara Brasil, no Turu. Ele é um dos assessores de José Raimundo Sales, o *Júnior Bolinha*, e foi preso, pois sabia de todo o esquema que resultou na execução de Décio Sá.

Comarca de S. Domingos faz mutirão de processos

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - Um índice de 82,40% de acordos. O número traduz o sucesso do Mutirão Previdenciário promovido pela Comarca de São Domingos do Maranhão de 24 a 27 de julho.

Dos 250 processos com pedidos variados - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e outros - julgados durante a ação, 123 resultaram em acordo com implantação do benefício e expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) e outros 83 acordos com implantação de benefícios.

O número de desistências somou 35 processos. Nove ações foram julgadas improcedentes. Para o titular da comarca, juiz Clênio Lima Corrêa, o resultado foi excelente. "O nível de acor-

dos foi altíssimo. Todos os processos que entraram no mutirão tiveram uma solução, então, foi excelente", avaliou.

Gastos - O magistrado disse que o objetivo do mutirão foi evitar que os requerentes, em sua maioria lavradores e residentes na zona rural da comarca, desloquem-se para a capital, o que é muito oneroso e desgastante para as partes.

Clênio Corrêa cita o caso de José Ribamar Pereira Soares, cuja debilidade fez com que a audiência fosse realizada no exterior do prédio do fórum (o autor não conseguia se locomover). José Ribamar teve concedida aposentadoria por invalidez.

"Uma enxurrada de ações previdenciárias chegou ao fórum da comarca logo após o término do mutirão. Em função disso, o magistrado acredita que deve agendar um novo mutirão para o próximo mês", informou o juiz.

Essa é a terceira ação do tipo realizada na comarca, uma a cada ano. "Com a alta demanda, acho que vamos ter que fazer dois mutirões por ano", diz. Além do titular da comarca, participaram do mutirão vários juízes.

Dia da Construção Social

O empresário João Alberto Motta Filho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon - MA), recebe hoje, na unidade do Sesi do Tibiri, na BR 135 (Distrito Industrial), para mais uma edição do Dia da Construção Social, em que serão realizados diversos serviços para os empregados das construtoras, mas aberto também para outros segmentos sociais. Uma das principais parcerias foi firmada com o Tribunal de Justiça, que vai realizar casamentos ao longo do dia, ou seja, quem estiver noivo basta levar as alianças que já sai de lá com a união matrimonial legalizada. A expectativa é que sejam concretizados 20 mil atendimentos, ou seja, para cada um dos 5 mil trabalhadores esperados, quatro prestações de serviços. Para garantir boa participação dos seus empregados, as empresas de construção estão disponibilizando transporte gratuito, bem como as linhas de coletivo para a área estão reforçadas.



João Alberto Motta (C) em recente evento com o secretário de Trabalho, José Heluy Filho, e o arquiteto Militão Gomes Filho (D)

DIVULGAÇÃO

INQUÉRITO É CONCLUÍDO E 13 PESSOAS INDICIADAS

A delegada-geral da Polícia Civil do Maranhão, Cristina Resende, acompanhada dos delegados que integram a comissão que investiga o assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá, entregou ontem o inquérito sobre o crime

à Justiça. Treze pessoas foram indiciadas, mas dois nomes foram mantidos em segredo. No documento, entregue à 1ª Vara Criminal, é pedida a autorização para ouvir o deputado estadual Raimundo Cutrim. Cristina Resende voltou

a afirmar que as investigações levaram à descoberta de um esquema de agiotagem que tem alcance estadual. URBANO

CASO DÉCIO SÁ

Polícia indicia 13 por morte

Delegada-geral da Polícia entrega à Justiça inquérito sobre a execução de Décio Sá e conclui que o plano envolveu agiotas. Dois nomes não foram revelados

ISMAEL ARAÚJO

Após 174 dias da morte do jornalista e blogueiro Aldenísio Décio Leite de Sá, conhecido como Décio Sá, ocorrido na Avenida Litorânea, a Polícia Civil conseguiu entregar o inquérito do crime para a Justiça. No documento, composto por mais de 30 volumes, foram indiciadas 13 pessoas. Nele, foi pedido ao Judiciário a autorização para ouvir o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD). Nesse documento, também é citado o nome do delegado federal Pedro Meireles, que comandou as Operações Rapi- na I e II, II e IV.

No começo da tarde de ontem, a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Resende, em companhia dos delegados Augusto Barros, Maymone Barros, Jefry Furtado e Wagner Moura, compareceu ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde entregou o inquérito na 1ª Vara Criminal. Onze nomes foram revelados, e qualificada a participação na trama, à imprensa. Outros dois foram mantidos em segredo pela delegada.

Segundo Cristina Resende, as investigações foram feitas de forma criteriosa por uma equipe de delegados experientes, que estiveram sob a coordenação do delegado-adjunto da Polícia Civil, Marcos Afonso. Dentre as pessoas envolvidas, estão Gláucio Alencar Pontes de Carvalho, de 34 anos, apontado como um dos mandantes do crime

e suspeito de ter financiado a execução do jornalista; José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, pai de Gláucio Alencar, também apontado como mandante e financiador do crime; o capitão da Polícia Militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, "Fábio Capita", subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão, suspeito de fornecer a arma que executou o jornalista; Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, acusado de ter executado Décio Sá; Fábio Aurélio do Lago e Silva, de 32 anos, o "Bochecha", preso na Chácara Brasil, suspeito de participar do crime e que teria todo o conhecimento das ações do grupo; José Raimundo Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", de 38 anos, preso no Jardim Eldorado, suspeito de intermediar as ações do crime; e Airton Martins Monroe, de 24 anos, suspeito de ter apresentado o executor do crime a "Júnior Bolinha". Também tiveram pedido de prisão: Shirliano Graciano de Oliveira, "Balão"; e Elker Farias Veloso, "Diego" e "Neginho".

A delegada frisou que, no decorrer do trabalho investigativo da morte do jornalista, foram descobertos alguns tipos de ações criminosas que estão ocorrendo em todo o estado há mais de 20 anos. Um deles foi o esquema de agiotagem. No início do mês de julho, a Secretaria de Segurança Pública criou uma comissão de delegados para investigar especificamente esse

tipo de crime. Provavelmente, tem o envolvimento de prefeituras, pois, durante a prisão de Gláucio Alencar, foram encontrados documentos, cheques e notas de empenhos com nomes de alguns gestores municipais do Maranhão.

Em relação a Cutrim e Pedro Meireles, que tiveram os seus nomes apontados durante os depoimentos dos acusados à comissão de delegados, os dois prestaram esclarecimentos à Polícia Civil. Até mesmo a Polícia Federal enviou uma nota à imprensa esclarecendo que o delegado federal está sendo investigando pela instituição.

MEMÓRIA

Prejuízo causou morte

● A morte de Décio Sá, segundo o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, foi motivada pela publicação de reportagens no blogue do jornalista. A quadrilha, cujos "cabeças Gláucio e José Miranda" atuavam no desvio de verbas de merenda escolar e agiotagem, teve prejuízos depois dessas publicações. Esse bando contratou Jhonatan Silva para matar o jornalista e em troca receberia R\$ 100 mil, mas recebeu apenas R\$ 20 mil. No dia 23 de abril, Décio Sá foi assassinado com cinco tiros na Avenida Litorânea. O executor foi o paraense Jhonatan Silva.

Rapina

Pedro Meireles chegou a comandar algumas operações que foram feitas pela Polícia Federal no estado. Uma delas, em conjunto com a Controladoria Geral da União (CGU), foi desencadeada no dia 29 de abril de 2009 e recebeu o nome de Operação Rapina IV. O objetivo foi desarticular quadrilha especializada no desvio de verbas públicas nas cidades de Montes Altos, São Pedro da Água Branca e Governador Edison Lobão. Esta operação, um desdobramento da Rapina III (2009), foi deflagrada a partir do inquérito policial que tramita na Superintendência de Polícia Federal no Maranhão desde o ano de 2007.

OS INDICIADOS

- **Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos:** executou do jornalista; preso no dia 5 de junho, no Turu, em companhia de Gleyson Marcena de Sousa, de 26 anos.
- **José de Alencar Miranda Carvalho:** 72 anos; agiota; preso no dia 13 de junho, no Colhau; e financiou uma parte do dinheiro para matar o jornalista.
- **Gláucio Alencar Pontes Carvalho:** 34 anos; agiota; preso no dia 13 de junho, no edifício New York, na Ponta do Farol; financiou uma parte do dinheiro para matar o jornalista.
- **Airton Martins Monroe:** 24 anos, integrante da quadrilha. Apresentou Jhonatan de Sousa para Junior Bolinha. Foi preso no dia 13 de junho, no Terminal da Integração do São Cristóvão.
- **José Raimundo Sales Chaves Júnior:** Júnior Bolinha; 38 anos; preso no dia 13 de junho, no Jardim Eldorado; pagou ao executou a quantia de R\$ 20 mil e ficou ainda com R\$ 80 mil. É intermediário em negociações de agiotagem entre gestores municipais e Gláucio e José de Alencar.
- **Fábio Aurélio do Lago e Silva:** Buchecha, 32 anos. Preso no dia 13 de junho, na Chácara Brasil, no Turu; faz parte da quadrilha.
- **Fábio Aurélio Saraiva Silva:** Fábio Capita, capitão da Polícia Militar. No momento, exercia a função de subcomandante do Batalhão de Choque. Amigo de Júnior Bolinha. Emprestou a arma para matar o jornalista, inclusive as munições eram do lote que foi vendido para a PM.
- **Shirliano Graciano de Oliveira, o "Balão"; Elker Farias Veloso; "Diego" e "Neguinho":** outros envolvidos identificados pela polícia no crime.



José de Alencar Carvalho, Gláucio Alencar Carvalho, José Raimundo Chaves e Fábio Aurélio Silva: acusados da morte de Décio



Cristina de Meneses e a equipe de delegados que investigou o assassinato de Décio

1 Segundo o deputado Domingos Dutra (PT), a liminar que o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Guerreiro Júnior, concedeu ao governo estadual não suspende a paralisação das obras da Via Expressa nos trechos Vinhais Velho e Ipase. A decisão cassa apenas a liminar do juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, mas existem outras em vigor, que só o STJ teria competência para anular. Mas o estado já recorreu.

Tribunal de Justiça homenageia 400 anos de São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão homenageará a cidade de São Luís na passagem do seu aniversário de 400 anos, com a Exposição “A Justiça e a Cidade”, de 20 a 24 de agosto, no Fórum do Calhau.

A programação inclui palestras, lançamento de obra jurídica, mostra de fotos antigas e painel cronológico sobre a história da cidade e do Poder Judiciário, apresentações cultural e musical e visita de estudantes da rede municipal de ensino.

A abertura solene acontece na segunda-feira (20), às 18h, no 4º andar do Fórum “Des. Sarney Costa”, com a presença de autoridades judiciárias e convidados.

❖❖ O Tribunal de Justiça vai homenagear o aniversário de 400 anos da cidade de São Luís com uma programação cultural aberta ao público a partir desta segunda-feira (20), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A exposição vai até sexta-feira (24).

DIVULGAÇÃO



**A delegada-geral, Cristina de Meneses, e delegados da Seic
chegam ao fórum para entrega do inquérito**

Polícia Civil conclui inquérito sobre assassinato do jornalista Décio Sá

A Polícia Civil entregou, na tarde de ontem (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo, foram oito volumes com 1.970 páginas de informações, contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal. Foram 13 pessoas indiciadas, nove mandados de prisão expedidos e seis cumpridos. **ÚLTIMA PÁGINA**

Polícia Civil conclui inquérito sobre assassinato do jornalista Décio Sá

A Polícia Civil entregou, na tarde de ontem (17), à Secretaria Judicial, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, o relatório final da investigação da morte do jornalista Décio Sá. Ao todo, foram oito volumes com 1.970 páginas de informações, contendo ainda 23 anexos adicionais ao texto principal.

Foram 13 pessoas indiciadas, nove mandados de prisão expedidos e seis cumpridos. Segundo a comissão de delegados que investigou o caso, que durou 115 dias a contar da data do assassinato no dia 23 de abril, fo-

ram ouvidas um total de 102 pessoas sendo que algumas participaram de duas ou três oitivas e outras tantas acareações.

No decorrer das investigações, 52 diligências com ordem de missão oficial foram cumpridas, inclusive, em outros Estados da Federação como, Pará, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo, para o colhimento de comprovações técnicas e materiais do caso.

A delegada-geral da Polícia Civil, Cristina de Meneses, se mostrou satisfeita com o bom desempenho prestado pela instituição no decorrer

dos trabalhos. "Foi uma investigação emblemática que mostra que a Polícia Civil não se dobra a questões alheias nem a quaisquer status político, social ou financeiro de ninguém. Isso prova o trabalho sério realizado pela comissão de delegados que se dedicou com lisura a esta investigação", comentou a delegada.

Cristina Meneses agradeceu ainda o apoio dado pelo Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário. "Agora o Tribunal de Justiça vai avaliar a necessidade de novas audições. Tudo que consta dos autos foi citado neste documento entregue", finalizou.

Comarca de Chapadinha adota sistema de comunicação eletrônica

Entrou em vigor esta semana uma Portaria assinada pelo juiz Cristiano Simas de Sousa, titular da 1ª Vara da Comarca de Chapadinha. No documento, ele institui a comunicação eletrônica na unidade judicial. O juiz baseou-se, entre outros motivos, no grande volume de ações em tramitação na vara e as dezenas de mandados, com apenas dois oficiais de justiça para efetuar o cumprimento.

Outro motivo citado pelo juiz é a instituição da versão eletrônica do Diário da Justiça, no site do Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo possível o acesso em toda e qualquer comarca, fato esse que reduz custos de correios e contri-

bui para a celeridade processual. Na Portaria, Cristiano Simas determina que a secretaria judicial da 1ª Vara adote a comunicação eletrônica, especialmente as intimações aos advogados.

Já o Ministério Público e a Defensoria Pública deverão ser intimados pessoalmente, como observa a Lei. O magistrado observa, também, que os advogados que atuam na comarca receberão cópia do documento e serão intimados para acompanhar o cronograma adotado, informando e-mails, telefones e outros dados, com o objetivo de dinamizar os mecanismos de comunicação entre as partes e o Poder Judiciário.

■ Sem legitimidade (I)

O Ministério Público do Estado não tem legitimidade para propor ações executivas fundadas em acórdãos do Tribunal de Contas do Estado.

O entendimento é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que manteve sentença proferida pela Justiça de 1º grau, que julgou extinta ação de execução ajuizada pelo MP contra Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho, ex-prefeito de São Luís Gonzaga do Maranhão.

O Ministério Público moveu a ação visando obrigar o ex-gestor municipal a desenvolver aos cofres públicos R\$ 546.441,54, valor referente a uma multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que reprovou as contas apresentadas pelo ex-prefeito referentes ao exercício financeiro de 2008.

■ Sem legitimidade (II)

O MP argumentou que sua legitimidade está prevista na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº. 8.625/93) e Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº. 13 de 25 de outubro de 1991).

Para o relator do processo, desembargador Jorge Rachid – que votou pelo improvimento do recurso do Ministério Público – a matéria já foi dirimida (resolvida) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao decidir que o MP não possui legitimidade ativa para executar os julgados dos tribunais de contas.

O voto do relator foi acompanhado pelos desembargadores Nelma Sarney e Kleber Carvalho, em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.



Nosso objetivo é facilitar as negociações entre as partes demandadas. Por conta disso é que estamos discutindo previamente com as grandes empresas, para que os conflitos entre as partes sejam solucionados pela via consensual”, afirmou o juiz Alexandre Almeida, sobre mais uma ação da Corregedoria Geral de Justiça no Maranhão.